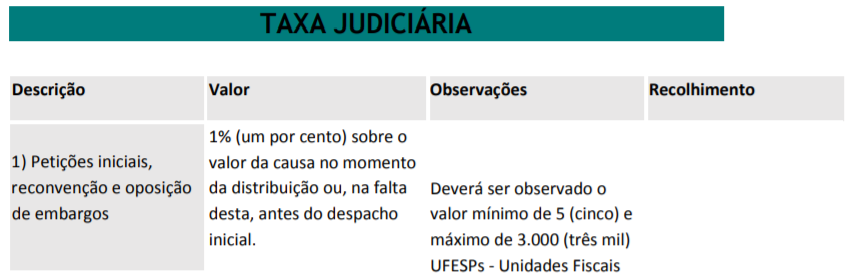
**Pesquisa para Reunião do dia 28/05/2018:**

Em meio a minha pesquisa lembrei que devemos nos ater ao ano de 2014 que originou a base de dados. O CPC teve alterações e as custas iniciais também dada ao aumento da UFESP.

Nosso banco de dados: sentenças de **2014** de processos cíveis envolvendo empresas de grande porte no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Taxas para a Justiça Estadual:



**UFESP em 2014: R$ 20,14**

Logo: fixado em 1% sobre o valor da causa respeitando o mínimo de R$ 100,70 e máximo de R$ 60.420,00.

(Obs para 2018:

Mínimo de 5 UFESPs: R$ 128,50

Máximo de 3.000 UFESPs: R$ 77.100,00)

Lembrando que existem dois tipos de Honorários:

**Honorários advocatícios sucumbenciais**: de 10% a 20% do valor atualizado da condenação arbitrada pelo Juiz e pagos diretamente ao advogado.

**Honorários advocatícios contratuais**: também deverão ser pagos para a parte vencedora, já que esta acordou diretamente com seu advogado.

Em 2014, honorários advocatícios contratuais segundo tabela da OAB/SP:

**Parte Geral**

**1 – AÇÕES DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA OU QUE ASSUMAM ESTE CARÁTER:**Salvo outra disposição na presente, 20% sobre o valor econômico da questão. Mínimo, haja ou não benefício patrimonial,**R$ 3.376,35.**

O direito brasileiro adota o princípio da sucumbência, segundo o qual os custos de processo são suportados por aquele que perde a demanda. Salvo disposições concernentes à gratuidade da justiça, a regra geral incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título, sendo que incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.

Ao final do processo, a sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou, quais sejam as custas dos atos do processo, a indenização de viagem, a remuneração do assistente técnico e a diária de testemunha. Inclui a sentença ainda, por parte do vencido, o pagamento de honorários ao advogado do vencedor.

Com relação aos critérios de fixação dos honorários, determina o CPC que os mesmos serão definidos entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, que é igual ao proveito econômico, ou do proveito econômico obtido quando não há condenação. E, na improcedência, os honorários serão fixados não sobre o valor da causa, mas sobre o proveito econômico que consiste no valor do pedido improcedido.

Por sua vez, quando houver transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente. Porém, se a mesma ocorrer antes da sentença, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade.

**No JEC:**

O acesso a justiça independe de recolhimento de taxas e de sucumbência, com exceção quando se tratar de litigantes de má-fé que creio eu não venha ao caso no nosso estudo.

(Em relação aos custos do JEC, saiba que, em primeira instância, não é preciso pagar para entrar com a ação, tampouco é preciso pagar honorários do advogado da outra parte, caso perca a questão ou ela seja julgada improcedente.)

(Porém, esta situação muda caso seja apresentado algum recurso: haverá a necessidade de pagamento dessas despesas. Nesses casos, os honorários devem ser pagos ao advogado se o recurso não for julgado favorável e serão arbitrados pelo juiz entre 10% e 20% do valor da condenação. Como o banco de dados consiste em julgados de primeira instância, esta informação não será necessária).

(Algo interessante, apenas por curiosidade: muitos advogados tem interesse financeiro em que haja recurso para ter direito a honorários, e não vai contribuir facilmente para um acordo, que faz coisa julgada após a homologação com julgamento de mérito).

Importante ressaltar que a Justiça Especial ditada pela Lei 9099/95 é dita especial por ser diferente da Justiça Comum ditada pelo CPC e CPP, por se fazer presente outras regras que consistem na oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Também é limitada quanto a recursos (cabe exclusivamente apelação ou recurso à Turma Recursal só e somente!). Portanto o CPC e CPP são a ela subsidiários. Por se tratar disso, há que se ressaltar que ela é **OPCIONAL** respeitado o máximo de 40 salários mínimos do valor do prejuízo).

Outra observação importante é que nas causas em que o valor do prejuízo seja de até 20 vinte salários mínimos, as partes envolvidas poderão comparecer sem a presença de um advogado. Caso o prejuízo exceda os 20 salários mínimos, a presença de um advogado é obrigatória.

Em 2014 devemos nos ater ao salário mínimo vigente a época, qual seja: R$ 724,00 (federal)

40 S. M. correspondem a R$ 28.960,00 em 2014

20 S. M. correspondem a R$ 14.480,00 em 2014

Na prática, quando do pedido de indenização por danos morais costuma ser pedido o máximo no JEC. E quando da decisão o juiz estipulará o valor caso caiba indenização por danos morais. Muitos casos, por tal razão, a ação no JEC é parcialmente procedente pelo fato de o juiz entender que o valor a título de danos morais seja diferente daquele constante do pedido.

JEC – Lei 9099/1995 disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>

Seção III

Das Partes

Art. 9º Nas causas de valor até **vinte salários mínimos**, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; **nas de valor superior, a assistência é obrigatória**.

Seção XVI

Das Despesas

Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.

Art. 55. **A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé**. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa.

Parágrafo único. Na execução não serão contadas custas, salvo quando:

I - reconhecida a litigância de má-fé;

II - improcedentes os embargos do devedor;

III - tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor.

Seção XII

Da Sentença

Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

§ 1º O recurso será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

**§ 2º No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.**

|  |  |
| --- | --- |
| Diligência de Oficial de JustiçaDeve ser considerada como uma diligência todos os atos necessários para a efetivação da ordem judicial, mesmo que resultem negativos (**2018**) | Capital (1 cota de ressarcimento: 3 UFESPs) = R$ 77,10 Interior: (1 cota de ressarcimento: 3 UFESPs) = R$ 77,10, até 50 km da sede do juízo. Após esse raio de distância, a cada faixa de 10 km ou fração, apenas de ida, deverá ser acrescido ao valor 0,5 UFESp = R$ 12,85 |

JUIZADOS ESPECIAIS

| Serviço Forense | Taxa Judiciária | Fundamentação/Observações |
| --- | --- | --- |
| Recurso | **VER NOTA ABAIXO** Deverá corresponder à soma das seguintes parcelas: a) 1% sobre o valor da causa correspondente às custas submetidas à isenção condicional no momento da distribuição: mínimo de 5 UFESPs ou R$ 128,50; b) 4% sobre o valor da causa caso não haja condenação. Se houver condenação, esta parcela será desconsiderada e incidirá a parcela da alínea c; c) 4% sobre o valor da condenação, que terá como base de cálculo o valor fixado na sentença. Caso o valor da condenação não conste na sentença, o Juiz fixará equitativamente o valor da base de cálculo e sobre ele incidirá o percentual de 2%: mínimo de 5 UFESPs ou R$ 128,50; Guia [DARE](https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/pages/custas/new)\* – Código 230-6 d) Porte de remessa e retorno: calculado com base no [Provimento CSM nº 2.462/2017](http://esaj.tjsp.jus.br/gcnPtl/abrirDetalhesLegislacao.do?cdLegislacaoEdit=158972&flBtVoltar=N): R$ 40,30, devido quando houver despesas de combustível. Guia [FEDTJ](http://www45.bb.com.br/fmc/frm/fw0707314_1.jsp?_ga=1.40116577.2101590296.1467906858) – Código 110-4 | [Provimento CSM nº 2.462/2017](http://esaj.tjsp.jus.br/gcnPtl/abrirDetalhesLegislacao.do?cdLegislacaoEdit=158972&flBtVoltar=N)  [Art. 698, I das NSCGJ](http://www.tjsp.jus.br/Download/ConhecaTJSP/NormasJudiciais/NSCGJTomoIDJE.pdf) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Diligências | Gratuitas | [Art. 696, § das NSCGJ](http://www.tjsp.jus.br/Download/ConhecaTJSP/NormasJudiciais/NSCGJTomoIDJE.pdf) |

Vide: <https://www.aasp.org.br/suporte-profissional/custas/sao-paulo/>

**Principais Alterações:**

CPC (Novo CPC - Lei 13105/15):

Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, ***as despesas e os honorários******serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu*.**

§ 1o *Sendo* ***parcial*** *a desistência, a renúncia ou o reconhecimento, a responsabilidade pelas despesas e pelos honorários será* ***proporcional*** *à parcela reconhecida, à qual se renunciou ou da qual se desistiu.*

§ 2o Havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente.

§ 3o *Se a transação ocorrer antes da sentença,* ***as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver****.*

§ 4o *Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida,* ***os honorários serão reduzidos pela metade****.*

Art. 91. As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencido.

§ 1o As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova.

§ 2o Não havendo previsão orçamentária no exercício financeiro para adiantamento dos honorários periciais, eles serão pagos no exercício seguinte ou ao final, pelo vencido, caso o processo se encerre antes do adiantamento a ser feito pelo ente público.

Sobre gratuidade da justiça: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82962-cnj-servico-quem-tem-direito-a-justica-gratuita>

Juizados Especiais – Valores de Alçada: <http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/artigo_18-8.htm>